

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL/EAD**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO: CONTRIBUIÇÕES
DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

ARTIGO

Rosemeri Henrique

São Leopoldo, RS, Brasil

2015

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Rosemeri Henrique

Artigo Apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal –
EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS)/ Centro de Ciências
Sociais e Humanas, como requisito parcial para obtenção de Grau de
Especialista em Gestão Pública Municipal

Orientador: Professor Dr. Diego Antônio Bittencourt Marconatto

São Leopoldo, RS, Brasil

2015

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

CHALLENGES OF INTEGRAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LEOPOLDO : “MAIS EDUCAÇÃO” PROGRAM CONTRIBUTIONS

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar a contribuição do Programa Mais Educação para a Introdução da Educação de Turno Integral no Município de São Leopoldo. O Mais Educação é um Programa governamental que prevê, assim como a educação de turno integral, a ampliação da jornada escolar e a reorganização dos espaços e do currículo, através de ações sócio-educativas para alunos do Ensino Fundamental (EF). Como fontes documentais foram utilizados os textos, manuais fornecidos pelo Ministério da Educação, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e artigos relacionados com o assunto. Além disso, foram realizadas entrevistas com a gestão do Município e com as coordenadoras de dez escolas, possibilitando, dessa forma, realizar reflexões e relações acerca do tema. Por fim, observou-se que o Programa Mais Educação funciona como um ensaio reflexivo sobre a Educação Integral, assim como foi possível perceber as fragilidades e as potências do sistema de ensino do município de São Leopoldo. Contudo, para que essas fragilidades sejam amenizadas é fundamental a continuidade dessas políticas educacionais, bem como aporte financeiro e comprometimento das diversas esferas públicas envolvidas neste processo. Este artigo seguiu a Pesquisa Aplicada com uma abordagem metodológica qualitativa, buscando descrever as relações apresentadas.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Educação em turno integral. Plano de Desenvolvimento da Educação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to identify the contribution of the “Mais Educação” Program for the Introduction of Shift Integral Education in São Leopoldo. “Mais Educação” is a government program which provides, as well as the full-time education, the extension of the school day and the reorganization of spaces and the curriculum through socio-educational activities for elementary school students (EF). As documentary sources were used texts, manuals supplied by the Ministry of Education, Basic Education Development Index and articles related to the subject. Were also conducted interviews with the management of the Municipality and the coordinators of ten schools, enabling thus make reflections and relations about theme. Por end, it was observed that the “Mais Educação” Program functions as a reflective essay on the Integral Education as well as it was revealed the weaknesses and powers of the education system in São Leopoldo. However, for those weaknesses are mitigated is essential to continuity of educational policies as well as financial support and commitment of the various public spheres involved in this process. This article followed the Applied Research with a qualitative approach, trying to describe the presented relations.

Keywords: “Mais Educação” Program. Education full-time. Education Development Plan.

1 INTRODUÇÃO

A Educação é um direito humano fundamental. Por meio da educação garante-se o desenvolvimento social, econômico e cultural. Já o termo integral quer dizer total, inteiro, global. Portanto, o que se pretende com a educação integral é desenvolver os alunos de forma completa, isto é, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaços e conteúdos, visando a formação integral dos indivíduos.

No Brasil, inspiradas principalmente nas ideias e práticas de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, propostas relativas à educação integral vêm, ao longo do tempo, sendo pensadas pela comunidade acadêmica e escolar e, conseqüentemente, tornando-se objeto de políticas públicas educacionais.

A educação integral tem estado presente na legislação educacional brasileira como um ideal a ser atingido. O Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo inúmeras ações visando à educação em turno Integral, dentre elas destaca-se o Programa Mais Educação (PME), o qual é resultado de uma conjugação de esforços através do Compromisso Todos pela Educação, firmado em 2007 entre governos e sociedade. Este Programa objetiva a ampliação da jornada escolar e a reorganização dos espaços e do currículo. Somado a isso, em 26 de junho de 2014, o Diário Oficial da União publicou a sanção, pela presidente Dilma Rousseff do novo Plano Nacional de Educação (PNE). O documento estabelece que, até 2024, metade das escolas públicas do país deve garantir ensino em tempo integral. As escolas municipais de São Leopoldo aderiram ao Programa Mais Educação em 2008 e, desde então, realizam atendimento em jornada ampliada para uma parcela dos seus estudantes. No entanto, não está evidenciado, ainda, a extensão da contribuição do programa Mais Educação para a implementação da Educação Integral neste município.

A intenção desse trabalho é justamente identificar como se dá a contribuição do Programa Mais Educação na implementação da educação de turno integral no Município de São Leopoldo. Para tanto, irá averiguar-se de que forma se dá a relação no binômio período de permanência na escola *versus* qualidade de ensino, bem como descrever possíveis contribuições fornecidas pelo Programa Mais Educação na perspectiva de Educação Integral. Tais contribuições serão aferidas através dos dados obtidos a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do número de alunos atendidos pelo Programa e de informações obtidas nas entrevistas semi-estruturadas com a Coordenadora do Programa Mais Educação junto à Gestão Municipal, e com dez professores que coordenam o Programa em diferentes escolas da rede municipal.

Levando-se em conta o que foi analisado, percebeu-se que o Programa Mais Educação funciona como um ensaio reflexivo sobre a Educação Integral, sendo possível perceber as fragilidades e as potências do sistema de ensino do município de São Leopoldo, acerca da operacionalização do Programa Mais Educação, assim como para a implementação da Educação Integral. Contudo, para que essas fragilidades sejam amenizadas é fundamental a continuidade de políticas educacionais, bem como o aporte financeiro e o comprometimento das diversas esferas públicas envolvidas neste processo.

2 NOTAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL AO LONGO DA HISTÓRIA

No debate contemporâneo brasileiro sobre políticas educacionais, o tema Educação Integral está fortemente presente. Entende-se por Educação Integral aquela que compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como sujeito de direitos (BRASIL, 2013). Trata-se de uma perspectiva que, aliada ao desenvolvimento das competências cognitivas, abrange também as dimensões afetivas, físicas, éticas, estéticas, de interrelação pessoal e inserção social, visando o desenvolvimento humano em sua integralidade. Preconiza o direito a uma aprendizagem significativa, que respeite as vivências dos indivíduos e sua relação com o meio e estimule o exercício da cidadania e da democracia.

Tal temática, entretanto, não é novidade no contexto educacional. É, na realidade, como diz Coelho (2009), um tema recorrente. Segundo essa autora, encontra-se na Paidéia grega o germe do que viríamos a entender e a denominar de educação integral. Para os gregos, na antiguidade, a concepção de formação humana preconizava a igualdade entre as dimensões intelectuais, físicas, metafísicas, estéticas e éticas, ou seja, uma concepção de formação ampla, do corpo e do espírito. Com o passar dos séculos, e devido à inexistência de instituições públicas de ensino, essa concepção de educação não ganhou força, sendo apenas retomada com vigor no século XVIII, com a Revolução Francesa e a constituição da escola pública.

Já no que se refere à educação no Brasil, o que temos até o século XX, como disse o historiador José Murilo de Carvalho (1981, p. 55), citado por Silva (2014.p.65), é uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. O acesso a educação era para poucos. Conforme o censo de 1872, em relação à instrução, 1,5 milhão de brasileiros sabia ler e escrever e 7 milhões eram analfabetos, ou seja, em torno de 80% da população era analfabeta (SILVA, 2014). Esse

quadro pouco se alterou até os anos 1920 quando foram feitas reformas educacionais em diferentes estados da federação. Segundo Silva (2014, p. 65):

“[...] os educadores transformaram os estados em verdadeiros laboratórios de reformas, ideias e projetos, em sua maioria, de inspiração liberal. Muitos desses educadores traduziram para o Brasil os ideais da Escola Nova, presentes na Europa e Estados Unidos”.

Dentre esses educadores destaca-se Anísio Teixeira, escolanovista, ávido defensor da escola como espaço democrático. Porém, além dos educadores de inspiração liberal, nesse contexto em que se começa a falar em educação integral no Brasil, movimentos de tendências variadas passam a discutir o tema. Segundo Coelho (2009), dentre as diferentes correntes que defendiam a educação integral, além dos liberais, estavam os católicos, os integralistas e os anarquistas, sendo que cada uma dessas matrizes, a partir de suas ideologias, tinham um entendimento próprio de educação integral.

Anísio Teixeira, no entanto, é o nome mais mencionado quando se trata da emergência de concepções de educação integral no Brasil. Nascido no sertão da Bahia, em 1900, Anísio foi, durante toda sua vida, um ferrenho defensor da educação para todos e da formação completa do ser humano, ideais que repercutem fortemente em nossos dias. Sobre o autor de *Educação não é privilégio*, nos diz Clarice Nunes (2001, p. 12):

Em toda a produção de Anísio Teixeira, nos seus quarenta anos de vida pública, o tema da democracia no âmbito da escola e fora dela foi decisivo e se impôs sobre outros temas, ganhando na sua obra, mas principalmente com a sua vida, uma entonação própria, distinta mesmo de outros intelectuais que colaboraram com os seus projetos ou se opuseram a eles.

Segundo Coelho (2009, p. 90) “[...] podemos dizer que foi com Anísio Teixeira, na década de 50, que se iniciaram as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstanciada em formação completa”. Defensor da escola pública, universal, laica e gratuita, Anísio conseguiu dar forma às suas ideias, em 1953, a partir da criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, na Bahia.

Com uma proposta pedagógica diferenciada, para o Centro Educacional Carneiro Ribeiro:

Foi desenhado um projeto arquitetônico para abrigar as atividades pensadas para esse projeto de educação integral e de atendimento em tempo integral. Havia quatro escolas-classe de ensino primário, para um total de 1.000 alunos cada, em dois turnos de 500, além de uma Escola-Parque, com sete pavilhões que se destinavam às

chamadas práticas educativas, que eram como os alunos completavam, em horário diverso, sua educação, além de receberem alimentação e atendimento médico-odontológico. Projetou-se também uma residência para jovens considerados sem lar, que não chegou a ser construída. Na Escola-Parque, os alunos não eram agrupados só pela idade; mas, sobretudo, pelas suas preferências. Em sua área de 42 mil metros quadrados, foram construídos um pavilhão de trabalho, um ginásio de esportes, um pavilhão de atividades sociais, um teatro com 560 lugares, uma biblioteca, um restaurante, além de lavanderia, padaria e banco. As atividades eram oferecidas por diferentes setores. (ERNICA, 2006 apud COELHO, 2009).

Havia, nesse Centro, uma divisão de atividades entre as Escolas-Classe onde ocorriam as atividades ditas escolares, e as Escolas-Parque, onde aconteciam as atividades “não-formais” no contraturno escolar. Outra experiência que comumente é mencionada quando se discute o tema é a da criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), nos anos 1980 e 1990, no Rio de Janeiro. Com projeto de Oscar Niemeyer, foram construídos em torno de 500 prédios que seriam escolas de educação integral em tempo integral. A frente do projeto estava o sociólogo Darcy Ribeiro, que via na educação a chave para o desenvolvimento do País. Para ele, a escola pública brasileira era elitista e seletiva e a escola em tempo integral alteraria essa realidade, pois o povo brasileiro não era incapaz, mas vivia em um processo de exclusão (BOMENY, 2009).

Os CIEPs também foram inspirados na experiência de Anísio Teixeira, mas se diferenciavam desta na medida em que procuravam integrar as atividades ditas escolares com as atividades “não-formais” durante os dois turnos e no mesmo espaço físico, no mesmo prédio. Sobre as atividades nos CIEPs, Coelho (2009, p. 92), nos diz que Darcy Ribeiro:

“[...] procurou congregá-las no mesmo espaço, situação que promove maior integração entre as atividades educativas desenvolvidas pela escola, bem como possibilita entendê-las – todas – como componentes curriculares inerentes a essa formação do aluno nesse espaço escola”.

No contexto da educação integral, existiram no país outras experiências, além das citadas. Foram experimentos pontuais, de perspectivas e programas pedagógicos diversos, concebidos a partir das concepções, ideologias e visões de mundo de seus pensadores, mas que, em maior ou menor grau, buscaram o mesmo ideário: o de uma formação mais completa possível para o ser humano (COELHO, 2009).

No cenário contemporâneo, tão ambíguo e complexo, certamente o que se objetiva não é o resgate ou o transplante de programas pedagógicos, métodos e projetos presentes nessas experiências, mas sim conhecer essas propostas e ressignificá-las de acordo com nosso contexto atual. Ter uma atitude antropofágica frente a elas, como defendeu Coelho (2009) ao

retomar Oswald de Andrade, isto é, deglutir e digerir dando a elas um novo formato, uma forma contemporânea.

Essa postura fica clara também no texto governamental *Educação Integral – Referência para o debate Nacional* (2009, p. 17) onde é afirmado o seguinte: “[...] mediante a complexidade do cenário educacional brasileiro, não se tem a pretensão de transplantar experiências, mas a de tomar acontecimentos, desencadeados em tempos e espaços sócio-históricos diferentes, como inspiradores de novas construções”.

Logo, pensar a educação integral no contexto contemporâneo é um desafio ao qual o Ministério da Educação vem se propondo nas últimas décadas, dentro da perspectiva de políticas públicas para a inclusão social. As pesquisadoras Leclerc e Moll (2012) observam que as atuais políticas públicas, desencadeadas pelo governo federal, rompem com a lógica de “políticas de vitrine”, “ilhas-modelo de excelência” ou “projetos-piloto”, que vinha historicamente sendo empregada. Trata-se, agora, de políticas educacionais que objetivam construir uma agenda pública de educação integral em escala nacional, atingindo as redes estaduais e municipais de ensino. As autoras também observam que no contexto brasileiro, de profundas desigualdades sociais, que restringem oportunidades e liberdades, a construção de uma política de educação básica de tempo integral, está dentro da perspectiva das políticas de ações afirmativas, que o governo federal vem encampando nos últimos anos em diferentes campos, mas especialmente no da educação.

A Educação Integral está presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no plano Nacional de Educação (PNE), o qual traz a meta 6 (seis), que trata da oferta de educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes de educação básica até 2024.

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. (MEC, 2009)

Dentre as ações do Ministério da Educação que têm como objetivo induzir a construção de uma agenda de educação integral para o país merece destaque o Programa Mais Educação. O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº17/2007 e Decreto 7083 (27/01/2010) como uma estratégia para promover a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas dentro do espaço escolar, operacionalizando as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tratam da educação em tempo integral.

Esse Programa consiste no desenvolvimento de atividades de educação integral e é coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

Localizado na Microrregião de Porto Alegre, São Leopoldo, possui, segundo o Censo de 2010, uma população de 214 210 habitantes e uma taxa de urbanização de 99,7% contra 0,30% na área rural. Destaca-se como quarto município da Região metropolitana que percebe mais indivíduos de diferentes municípios para trabalhar ou estudar. Foi fundado em 25 de julho de 1824, tornando-se vila em 1º de abril de 1846. A cidade é considerada o berço da colonização alemã no Brasil.

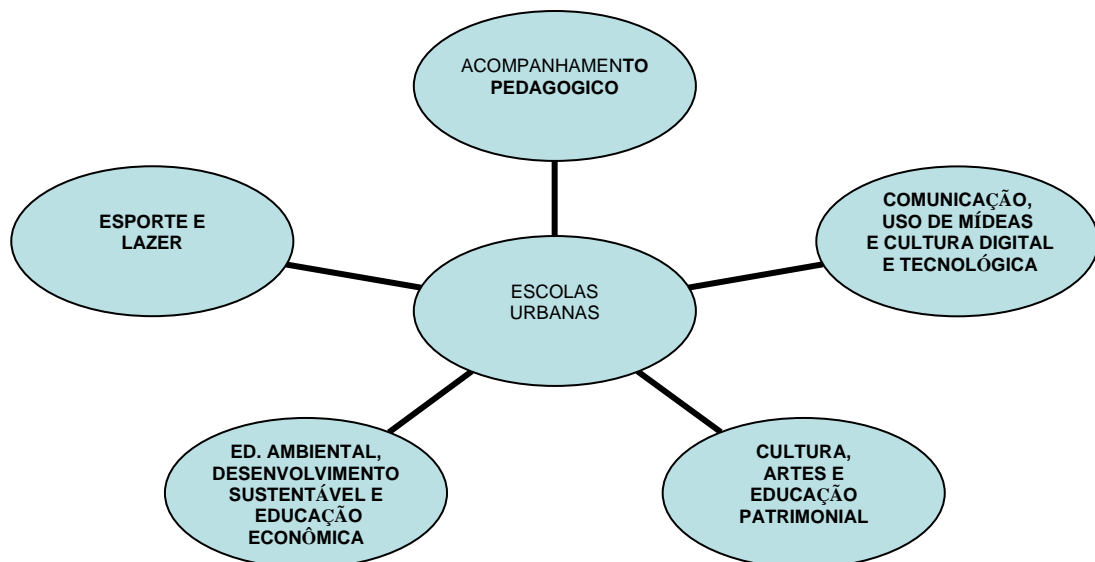
O Município de São Leopoldo aderiu ao Programa Mais Educação no ano de 2008, e desde então, realiza atendimento em jornada ampliada para uma parcela dos estudantes de cada escola da rede municipal. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, atualmente, a rede conta com trinta e seis escolas, totalizando vinte mil novecentos e oitenta e dois alunos matriculados no Ensino Fundamental, sendo que destes, apenas cinco mil quatrocentos e noventa alunos participam do Programa Mais Educação. O desafio está, justamente, em ampliar este atendimento a todos os estudantes, caracterizando, de fato, atendimento educacional em turno integral. No princípio, a prioridade do Programa era atender escolas que apresentassem baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e, em situação de vulnerabilidade social. A seguir, se estendeu a todas às escolas da rede municipal.

A finalidade do PME é estimular a Educação Integral, através de atividades socioeducativas que devem estar vinculadas ao Projeto Político Pedagógico das escolas. Estas atividades devem ser atraentes e significativas às demandas das crianças. Este Programa, portanto, envolve políticas públicas educacionais e sociais, visando cooperar para a redução das desigualdades educacionais e do fracasso escolar bem como para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

O Programa Mais Educação trouxe um novo olhar nos espaços escolares. A forma como a escola organiza os seus espaços reflete parcialmente a sua “alma”, o seu projeto pedagógico e o seu compromisso com os alunos. SILVA (2013, p. 5).

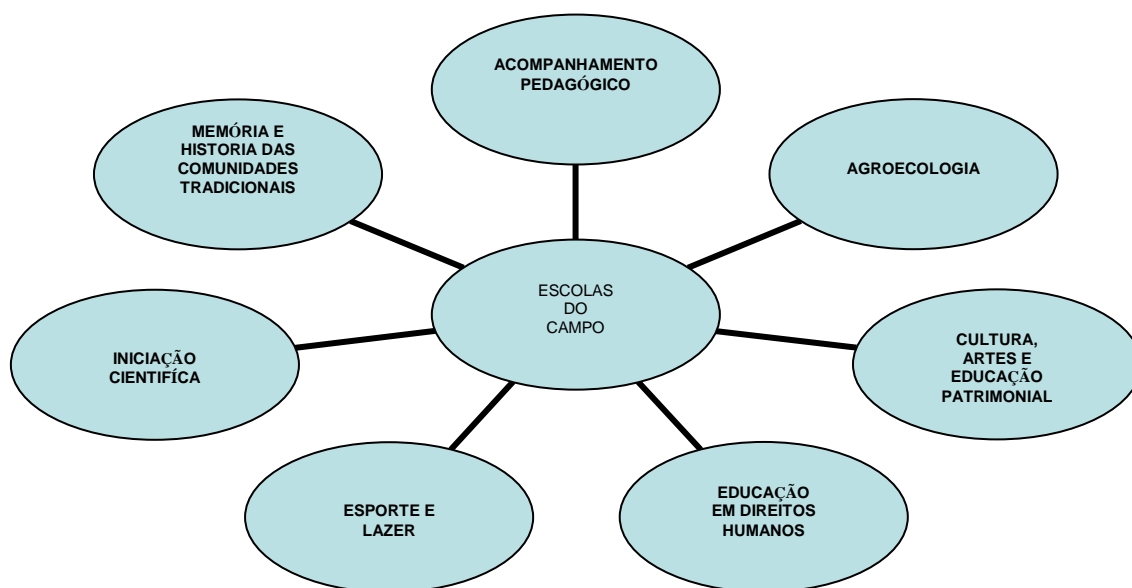
O Programa Mais Educação, como dito anteriormente, é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do PDDE e do FNDE, sendo indispensável que as Secretarias de Educação e as Escolas vinculadas cumpram os prazos publicados pelo MEC, para serem contempladas ao recebimento dos recursos. Atualmente, o Programa abrange escolas urbanas e escolas do campo. As escolas urbanas desenvolvem suas atividades baseadas em cinco temáticas como ilustrada a Figura 1.

Figura 1 – Esquema ilustrativo dos Macrocampos de Escolas Urbanas.



Já para as escolas do campo, o MEC oferece sete macrocampos como podemos observar na Figura 2.

Figura 2 – Esquema ilustrativo dos Macrocampos das Escolas Rurais



Cada escola pode escolher as atividades de acordo com seu projeto educativo, no entanto, a atividade *Acompanhamento Pedagógico* é obrigatória, independentemente da localização geográfica da unidade de ensino. Os macrocampos podem sofrer pequenas alterações de acordo com o ano em que a escola realizou sua adesão ao Programa Federal.

O Manual do Programa Mais Educação orienta que é responsabilidade da Secretaria de Educação conceder um professor vinculado à escola, com carga horária de no mínimo vinte horas semanais, priorizando quarenta, para ser responsável pela assistência administrativa e pedagógica, denominado “Professor Comunitário”. Da mesma maneira, deve eleger um responsável, junto à Secretaria de Educação, encarregado de coordenar as atividades realizadas nas escolas.

No que se refere à escolha dos alunos que irão participar do Programa, os critérios devem ser transparentes, sendo preferencialmente ofertado aos estudantes que apresentam defasagem idade/ano. Sendo primordial assegurar a estes, no mínimo 7 horas diárias, ou 35 horas semanais de atividades, com número mínimo de 100 estudantes inscritos (exceto escolas com número de alunos inscritos no Censo inferior a este).

Este Programa abre espaço de trabalho para profissionais de educação, de educadores populares, de estudantes em processo de formação docente e de agentes culturais (observando a Lei nº 9.608/1998 que delibera sobre voluntariado).

Outro ponto que cabe salientar, aqui, se refere à alimentação. Todos os alunos inscritos no PME recebem diariamente três (3) refeições diárias, sendo dois lanches e um almoço, que

são elaborados a partir de cardápios saudáveis, que levam em consideração a regionalidade, estações, cultura, entre outros aspectos importantes.

Todavia, cabe à Prefeitura Municipal gerenciar e coordenar as ações junto a sua rede de ensino, definindo metas e resultados a serem alcançados como indicadores positivos no processo de Educação, tendo como estratégia, uma construção de atuações intersetoriais que contribuam para a implementação de ações Socioeducativas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de identificar as contribuições do Programa Mais Educação para a Implementação da Educação de Turno Integral no município de São Leopoldo utilizou-se, a pesquisa qualitativa e, como metodologia, a entrevista semi-estruturada (APÊNDICE 2) realizada com a utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (APÊNDICE 1), assim como os Manuais do referido Programa, Publicações relacionadas a esse tema e o Indicador Nacional (IDEB), apresentando em Figuras/Tabelas, o número de alunos matriculados e número de alunos atendidos. As entrevistas foram realizadas com a Coordenadora Municipal do Programa Mais Educação, junto a Secretaria Municipal de Educação - e, em dez (10) escolas da rede municipal, elencadas por um recorte espacial de acordo com o zoneamento da cidade, o que possibilitou realizar um mapeamento do Programa Mais Educação neste município.

De posse dos dados elencados foi possível agrupar informações citadas na teoria contrastando-as com a prática dentro das unidades de ensino, coletadas das entrevistas, assim como observar com os dados do IDEB a mudança significativa que cada escola analisada apresentou após a implementação do PME, bem como o número de alunos contemplados com o Programa.

No Quadro 1 apresenta-se o esquema organizado das Escolas, Coordenadoras e suas respectivas localizações para maior entendimento das seguintes descrições.

Quadro 1 - Professoras coordenadoras, escolas participantes da pesquisa e suas zonas de localização.

<i>Escola N°</i>	<i>Professor Coordenador</i>	<i>Zona de Localização</i>
1	A	Centro
2	B	Oeste
3	C	Sul
4	D	Norte
5	E	Nordeste
6	F	Sudeste
7	G	Sul (Rural)
8	H	Nordeste
9	I	Norte
10	J	Leste

Fonte: elaborado pela autora

Através do esquema apresentado no Quadro 1, pode-se observar a disposição das escolas, dentro do Município, visualizando a Figura 3.

Figura 3 - Mapa de São Leopoldo - Ilustra a localização das escolas arroladas na pesquisa



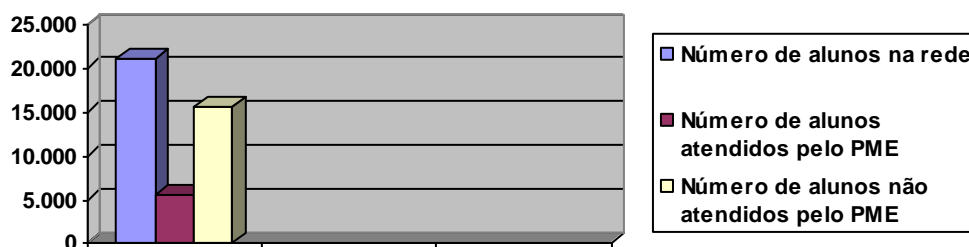
Fonte: elaborado pela autora

O zoneamento ilustrado na Figura 3 demonstra que as regiões Sul e Norte, que possuem grandes extensões terras, foram propositalmente contempladas com duas Escolas entrevistadas abrangendo as distintas realidades encontradas no Município.

5 APONTAMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Em São Leopoldo cada unidade de ensino possui autonomia para administrar internamente o Programa Mais Educação, de acordo com suas possibilidades. Devido a esta autonomia, cada escola gerencia suas atividades de acordo com suas condições e demandas, sendo que o principal desafio está no espaço físico das escolas, pois nem todas dispõem de uma área adequada para a realização das oficinas do contraturno. Este fator acaba reduzindo o número de alunos contemplados à prática de atividades, que normalmente não deve ser inferior a 100. A Figura 4 ilustra esta situação.

Figura 4 – Alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo



Fonte: dados obtidos na Entrevista Semi-Estruturada com a Coordenadora do Programa Mais Educação junto a Secretaria de Educação.

Conforme observa-se na Figura 4, é colossal a parcela de alunos que não é contemplada pelo Programa Mais Educação, evidenciando a existência de fatores restritivos citados anteriormente.

Desde a adesão em 2008, o Programa passou por ajustes, dentro do município. Tais ajustes foram necessários para superar as inúmeras dificuldades encontradas na prática. Para a coordenadora do Programa Mais Educação da Rede Municipal de São Leopoldo, o PME está sendo um ensaio para as escolas de como acomodar os alunos em dois turnos. Segundo esta,

no princípio, os alunos eram atendidos cinco vezes por semana, tendo entre uma a três oficinas diárias. No entanto, com a redução de verbas, foi necessário restringir para quatro dias de atendimento, sendo que, na maioria das unidades de ensino, cada aluno frequenta o Programa Mais Educação no máximo duas vezes por semana, diferentemente dos cinco dias indicados no Manual.

Nas escolas analisadas foram apontadas a existência das seguintes oficinas: letramento português, matemática, banda, dança, meio-ambiente, informática, esporte, recreação, artes, robótica, horta, taekwondo, teatro, iniciação científica, inglês e jornal.

A Tabela 1 apresenta-se o número de alunos matriculados em cada escola abordada nesta pesquisa *versus* o número de alunos contemplados com o Programa Federal, ilustrando assim, carência de vagas no PME nesta rede de ensino.

Tabela 1 – Dados obtidos nas entrevistas

ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO PME	PERCENTUAL DE ALUNOS PARTICIPANDO DO PROGRAMA
1	510	120	23,52%
2	780	125	16,02%
3	750	100	13,33%
4	298	100	33,55%
5	560	100	17,85%
6	450	150	33,33%
7	150	24*	16%
8	400	400*	100%
9	350	85	24,28%
10	968	100	10,33%

*Escola em área Rural, onde o PME contempla uma turma por mês em sistema de revezamento em virtude de carência de espaço físico;

**Escola com projeto piloto para implementação da Educação de Turno Integral.

Observando a Tabela 1, constata-se que o número dos alunos atendidos pelo PME nas escolas analisadas está sempre muito próximo do mínimo exigido para que essa política pública se desenvolva. Verifica-se que mesmo em escolas que possuem um significativo número de alunos matriculados, como é o caso da escola número 10, que possui 968 alunos, apenas a parcela mínima, que é justamente 100 alunos, participa das atividades do Mais Educação.

Como pode ser entendida essa baixa adesão ao Programa? Por que a maioria das escolas analisadas não possuem nem metade de seus alunos participando das atividades do PME? No decorrer das entrevistas com os coordenadores do PME nas escolas surgiram alguns indicativos que nos ajudam a entender essas questões. O argumento mais recorrente é o da falta de um espaço físico adequado. As atividades do PME ocorrem no contraturno escolar e, na maioria dos casos, são ajustadas dentro do espaço físico que foi adaptado e não planejado para tal finalidade. Em algumas escolas, até mesmo a biblioteca acaba sendo utilizada para o Programa, por falta de outras opções. Em relação a questão do espaço físico para o desenvolvimento das atividades, destaca-se na fala da Coordenadora G:

O problema para nós é espaço físico. A gente não tem espaço físico. A nossa escola tá saturada, essa é palavra que eu digo sempre que vou nas reuniões, nada mais que nos ofereçam a gente consegue abraçar. Não há espaço. Só tem as salas de aula, a biblioteca a gente já teve que complementar com sala de professores, então a salinha do Mais Educação, quando não é para o Mais Educação, já tem que ser usada para a Diversidade. Então já tá tudo delimitado, não existe mais espaço para construção.

Aborda também a Coordenadora J:

Não tem uma sala específica,tem vezes eles [os alunos] vão para o EVAM [Espaço Virtual de Aprendizagem e Multimídea], às vezes eles ficam no pátio, as vezes eles vão para outro espaço em um outro pátio que a gente tem, ou a sala de vídeo, sempre algum espaço que esteja sobrando. Não tem um espaço específico do Mais Educação.

Conforme percebe-se nas falas expostas, a falta de um espaço planejado para tal fim, ou de um espaço que tenha sido bem adaptado para ele, compromete o pleno funcionamento das atividades, havendo frequentemente nos relatos das Coordenadoras uma preocupação com a qualidade efetiva da programação oferecida, além, é claro, de não poder estender o Programa a um número maior de alunos. É o que observa-se no depoimento da Coordenadora E:

Para a gente ter esse período maior, essa permanência, a gente tem que ter uma estrutura. Isso tem que ser o conjunto. Não adianta, tu tem o período integral, mas tu tem uma precariedade. Tudo que tu vai fazer, tu precisa de um espaço, precisa de uma qualidade, tu precisa de uma pessoa qualificada. Não ter o aluno por estar na escola, por ele estar aqui para receber uma alimentação, só, também. Não. Acho que tu tem que proporcionar um espaço adequado para esse aluno ficar.

Já sobre a impossibilidade de atender um número maior de alunos devido ao espaço físico, destaca-se na fala da Coordenadora G:

Desde que iniciou [o PME] a gente sempre teve que fazer um rodízio, justamente porque só tem uma sala, então naquela sala que acontecem todas as oficinas e os alunos têm que vir em grupos. Uma turma vem em determinado mês, na outra turma outro mês, e eles vão passando por esse rodízio. Este ano a gente só tem três oficinas, são duasicineiras mesmo e uma é a professora coordenadora que tá trabalhando com eles e pela falta de espaço físico este ano a gente só tá trabalhando letramento, matemática e artes. A gente não conseguiu abranger nada de oficinas mais elaboradas, vamos assim dizer, porque o espaço ficou muito restrito mesmo. É uma sala de aula que é menor que uma sala de aula. É meia sala de aula. Então não adianta tu ter os planos, mas não conseguir pôr em prática.

Ao considerar as experiências históricas como a de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro deveriam nos servir de exemplo para as práticas educativas contemporâneas, precisamos lembrar que em ambos os projetos a questão do espaço físico ocupava uma questão central e não periférica, seja com Anísio e suas escolas parques, espaços especialmente destinados às atividades diversificadas, ou com Darcy que considerava a arquitetura de extrema importância para a formação integral, tanto que confiou a Niemeyer, nosso maior nome da arquitetura nacional, o projeto arquitetônico dos CIEPs, para que a proposta educativa atingisse a sua plenitude também através da sua estrutura física. Sendo assim, não estamos desconsiderando uma parte essencial do processo, ao relegar para segundo plano a questão arquitetônica de nossas instituições?

Como aparece na totalidade das entrevistas com as três Coordenadoras, e também é evidenciado nos textos de referências sobre o assunto, caminhar rumo a uma educação integral não é simplesmente estender o tempo de atendimento aos alunos, mas propiciar a esses educandos experiências de aprendizagem significativas que contribuam para a integralidade de sua formação. Portanto, o Programa ser transformado em uma espécie de “depósito de crianças”, é bastante problemático. Na fala da Coordenadora J aparece uma

preocupação com a atual situação do PME no município de São Leopoldo, quando esta comenta que o Programa:

Não tem qualidade, ele não tem um ambiente que proporcione qualidade, ele não tem material que desenvolva isso. Ele tem apenas um acúmulo de crianças dentro da escola, num mesmo espaço, sem recursos. É uma aglomeração de crianças, só isso...

Outro fator que aparece nas entrevistas também como um dificultador para a adesão de um maior número de alunos ao Programa é os horários estabelecidos para as oficinas. No Município de São Leopoldo, as oficinas do PME começam às 10h no turno da manhã e as do turno da tarde encerram às 15 horas. Sendo que, os alunos matriculados no ensino regular do turno da tarde, são atendidos no PME entre às 10h e às 13h e os alunos matriculados no ensino regular turno manhã, são atendidos no PME entre às 12h e às 15h. Por se tratar de um horário diferenciado, em muitos casos, não há transporte que possa levar esses alunos nesses horários até a escola e também fica inviável para algumas famílias levarem os filhos à escola no meio da manhã ou irem buscá-los no meio da tarde. Assim como não é de interesse das escolas que os alunos cheguem muito antes do horário estipulado para a oficina, pois não dispõem de um espaço que possa acolhê-lo adequadamente nesse intervalo. Sobre essa questão de horários, salienta-se a fala da Coordenadora C:

Hoje a gente passa por dificuldades justamente pelo horário. A nossa escola está situada em um bairro industrial, então a moradia das crianças fica longe. Média de no mínimo dois quilômetros da escola, então eles recebem o transporte escolar, mas como o horário do Mais Educação não fecha com o horário da aula regular, pois de manhã as crianças vêm às 07h30 com o ônibus escolar e o Mais Educação começa às 10h. Então, a princípio a proposta seria a Prefeitura disponibilizar o Cartão do Bem, só que este ano não está sendo disponibilizado.

Cabe ressaltar ainda aqui dois outros pontos fundamentais que dificultam o êxito das ações do Programa e que denotam a importância da existência de uma política pública de investimento por parte da Gestão Municipal. Primeiro: os monitores que desenvolvem os trabalhos com as crianças recebem um auxílio de custo, ou seja, um ressarcimento de despesas com transporte e alimentação, portanto trata-se de uma atividade voluntária. Este fator contribui para a escassez de recursos humanos qualificados, principalmente em escolas de periferia e/ou rurais, onde se faz necessário o uso de mais de um transporte. Segundo: os repasses do Governo Federal reduziram ao longo do tempo e a Prefeitura não realizou nenhum planejamento de investimento nesta questão. São questões que dificultam muito o

trabalho dentro das escolas que na sua maioria já se deparam com tantas carências. Como ilustra a fala das Coordenadoras A e B, respectivamente.

Nós já tivemos tênis de mesa, xadrez, violão. Mas foram abolidas, retiradas, em função da diminuição da verba. (Coordenadora A).

Mas eu me preocupo muito também com a questão da verba, né? Porque a educação integral é ótima, visando essa situação toda das crianças, mas para ser bem trabalhada, para realmente existir, para fluir trabalho nessa questão de educação integral tem que ter recurso né? O que tá muito difícil para nós. (Coordenadora B).

Como percebe-se, as escolas analisadas não conseguem estender o Programa Mais Educação para a totalidade de seus alunos por diferentes motivos, mas que estão basicamente associados a deficiência de recursos físicos, humanos e financeiros.

Então de que forma é feita a seleção dos alunos que participam do PME? Quais são os critérios adotados para definir que tem direito a participar das oficinas e quem não tem? Essa era uma das perguntas previstas na entrevista. Como resposta surgiram os seguintes critérios: interesse dos alunos em participar, baixo rendimento escolar, vulnerabilidade social, cadastro no Programa Bolsa Família.

Ao considerar, novamente, que experiências históricas deveriam nos servir de exemplo para as práticas educativas contemporâneas, qual problema podemos detectar no fato da questão da vulnerabilidade social ser um critério para a inclusão dos alunos no Programa Mais Educação? Se retomarmos a experiência de Darcy Ribeiro, com os CIEPs que tinham uma excelente proposta de Educação Integral, vamos descobrir que um dos problemas enfrentados, foi a associação destes com a ideia de uma escola para pobres. Segundo Bomeny (2009, p. 117) “a ênfase dada em todos os discursos na prioridade, para o programa, das classes populares e da população da periferia criou um vínculo simbólico entre clientela pobre e clientela dos CIEPs”. Segundo essa autora essa associação criou um efeito perverso, que não tinha como ser antecipado por Darcy, e que acabou por “transformar o experimento em verdadeiro estigma, atingindo ambos os segmentos, o das populações da periferia e o dos setores médios da população em idade escolar, que não queriam aceitar a marca de serem estudantes daquelas escolas” (BOMENY, 2009, p. 117).

É necessário, portanto, ficar atento ao fato de que o critério da vulnerabilidade social pode, involuntariamente, criar um estigma sobre os alunos que frequentam o Programa Mais

Educação e sobre o próprio Programa. Atento a essa questão e muito oportuno é o depoimento da Coordenadora H sobre educação integral, que diz:

Aqui tem uma coisa que a gente entende e que a gente falou muito ontem, porque é o que ouço e já ouvi de várias pessoas, tanto da mantenedora como fora, de que nossa escola é assistencialista. As pessoas têm um equívoco de pensar que a educação integral é para pobre. A educação integral não é para pobre. Todas as pessoas buscam, principalmente da classe média e alta, essa integralidade do sujeito, só que elas pagam por esse serviço. Elas pagam. Então eu penso no meu filho e eu pago a escolinha de futebol, e daí eu penso que a educação integral na escola pública é para pobre. Eu pago um curso de inglês para o meu filho, eu capacito o meu filho e quando eu olho para a escola pública, eu digo que a educação integral na escola pública é para pobre. E eu digo que ela é assistencialista.

Em que pese as dificuldades relatadas pelos entrevistados e aqui descritas, há um consenso em suas falas de que o PME é um primeiro passo, um ensaio para a Educação de Tempo Integral. Apesar dos problemas enfrentados cotidianamente nas escolas, pode-se constatar um certo otimismo com o Programa e com a proposta de educação que ele vislumbra a longo prazo, como demonstram os depoimentos abaixo:

É uma experiência que ainda precisa ser vivenciada, ainda está, no nosso município, muito na teoria, nos estudos, mas na prática ainda não foi feito nada com essa qualidade que eu acho que seria muito importante essa contribuição para a educação integral. (Coordenadora D)

[...] eu acho que é fundamental o Programa Mais Educação na vida do aluno. Então eu acho que é fundamental, principalmente aqui para nossa clientela que eu conheço e sei da dificuldade que passa. (Coordenadora B)

O mais importante é oportunizar aos alunos que eles desenvolvam outras áreas do conhecimento. Então tem alunos que as vezes não tão bem em sala de aula, mas que em uma oficina de dança, de taekwondo se destacam muito por essa habilidade. Então a educação é um pouquinho além desses conteúdos que a gente trabalha na sala de aula e no Mais Educação a gente consegue ter essa visão do aluno. (Coordenadora F)

Observando a Tabela 1, exposta anteriormente, percebe-se que a escola número oito se diferencia das demais por ter todos os alunos matriculados inscritos no PME. Essa escola é a primeira de São Leopoldo a desenvolver um projeto piloto para a implementação da Educação de Turno Integral no município. É importante destacar, porém, que a questão da educação integral está entre os princípios norteadores dessa escola e que o Programa Mais Educação é apenas mais um recurso do qual a escola lança mão para atingir sua concepção de ensino. Em

seu depoimento a Coordenadora H explica como vem sendo implementada a educação integral na escola:

Em 2013 a gente iniciou a discussão com a Secretaria, da educação integral. Daí a gente conseguiu que apenas duas turmas pudessem ter aula a tarde. Então a gente ampliou o tempo de permanência só para duas turmas e só essas duas turmas recebiam almoço. Em 2014 a gente conseguiu acertar com a Secretaria, ainda antes de ter o Programa Mais Educação na Escola, que todos os alunos tivessem alimentação, tivessem garantida a questão do almoço e iniciou a educação integral para todas as turmas, em fevereiro. Em maio nós tivemos que rever, justamente pelo entendimento principalmente da Secretaria de comparação com o Mais Educação, porque se via que na hora do almoço só o professor referência da educação integral iria dar conta de todos os alunos. E para nós não é um armazenamento ali, não é um depósito de alunos. Na hora do almoço tem que ter pelo menos um professor para cada turma, porque são todos os alunos que ficam. Então nós temos cerca de 400 alunos que ficam no intervalo do almoço até a tarde. [...] Qual é o problema que foi em 2014? É tu pensar a educação integral dentro dos moldes da educação regular, e daí não tem como. E isso é difícil para as pessoas. Porque elas diziam “mas é só a hora do almoço”, como se das 12h às 13h eles só ficassem almoçando, e como se o almoço não fosse algo pedagógico. Então pensar essa dinâmica para nós foi o maior desafio. Então a gente começou em fevereiro com todas as turmas, em maio eu fiz uma avaliação com o grupo e a gente chamou a Secretaria e disse “não, assim não dá”, e nós reorganizamos e todas as turmas passaram a ter educação integral três vezes na semana. Com exceção do quarto ano, que a gente não conseguiu atender, mas conseguimos fazer uma parceria com a AMEP. Eles almoçavam aqui e iam para a AMEP. Aí isso foi o que a gente conseguiu em 2014. [...] Hoje, em 2015, a gente fechou com a Secretaria, continuamos com almoço para todo mundo, todos os alunos têm três vezes na semana. Todos. Inclusive de quarto ano, quinto ano.

A escola também diverge da proposta do PME, por entender que as atividades diversificadas não devem ser apenas no contraturno, mas integradas com as ditas regulares:

Ainda em 2014 a gente ainda não conseguiu, pelo entendimento da Secretaria e pela carga horária obrigatória, se desvincular que a tarde é a parte diversificada. Sim, em 2015 a gente ainda continua tendo aula de música, o esporte, tudo à tarde, porque a concepção da Secretaria é vinculada ao Mais Educação. [...] A Secretaria acenou para nós que ano que vem nós vamos ter 5 dias de 7 horas e não mais 3 dias de 9 horas. Com todos os alunos.

Quando trata-se da qualidade do ensino, o instrumento de avaliação que se tem hoje no Brasil é o IDEB. Portanto, esse instrumento foi utilizado para aferir o desempenho das escolas analisadas nessa pesquisa antes da adesão delas ao PME, tomando como base o ano de 2007,

ou seja, o ano anterior ao início das atividades do Programa no Município e o ano de 2013, cinco anos após a adesão às atividades de contraturno. A Tabela 2 ilustra os dados obtidos.

Tabela 2 - IDEB das Escolas Apresentadas neste estudo

Escola	2007	2013
1	5.5	6.3
2	3.7	5.0
3	4.2	5.0
4	4.3	5.1
5	4.0	5.0
6	4.3	6.2
7	*	4.1
8	*	4.2
9	4.9	5.9
10	4.8	6.0

Fonte: INEP

* Não foram encontrados dados.

Analisando a Tabela 2, pode-se constatar que todas as escolas analisadas tiveram um avanço significativo no índice do IDEB nesse período, o que, aliado aos depoimentos dos entrevistados, aponta para uma relação entre o Programa Mais Educação e a melhoria da qualidade do ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada em escolas da rede municipal de ensino de São Leopoldo, pode-se considerar que o Programa Mais Educação está contribuindo para a reflexão sobre a educação integral, servindo como um primeiro passo em direção a ela, um ensaio que possibilita perceber as fragilidades e as potências do nosso sistema de ensino e o quanto de desafios ainda estão previstos no horizonte. Observou-se também, que a questão espaço-físico, para a realização das atividades do PME, certamente é um ponto que merece atenção por parte dos Gestores Municipais, pois a partir daí – com infraestrutura adequada – a questão do número de alunos atendidos poderia ser melhor administrada, bem como, uma proposta de educação integral teria mais coerência. Mas, sem dúvida, o horizonte da educação integral é um horizonte promissor, pois envolve a formação plena de indivíduos e a perspectiva de direitos humanos.

As entrevistas realizadas junto às coordenadoras do PME evidenciam a autonomia de cada unidade de ensino na Administração do Programa. Isso pode ser considerado positivo para driblar a ampla diversidade encontrada nas diferentes áreas do município, assim como as distintas demandas e capacidades de cada escola. De caráter iminente, outro item a se considerar, é o estigma de que o PME, bem como a educação integral são direcionados às classes sociais menos favorecidas. O critério de vulnerabilidade social para adesão do aluno precisa ser repensado e esclarecido, uma vez que a educação integral possa ser vislumbrada como um direito humano fundamental que compreende uma formação em sua totalidade.

Resta, entretanto, saber se essas políticas educacionais terão continuidade, bem como o aporte financeiro e o comprometimento necessário das diferentes esferas públicas envolvidas no processo. Por último, este estudo porta consigo limitações importantes no que se refere ao tamanho da sua amostra, o que permite considerar os resultados encontrados apenas para a população em questão. Contudo, aqui não se esgotam as possibilidades para a problemática abordada, possibilitando assim, outras pesquisas que também possam abranger a manifestação de outras variáveis como, por exemplo, a opinião dos pais e/ou alunos referente a importância do Programa Mais Educação na formação integral do aluno.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro**. Em aberto. Brasília, v. 22 n. 80, p. 109-120, abr. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada**: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem. Brasília, 2013. 66p. Disponível em <ideb.inep.gov.br/> Acesso em 13 nov. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada e Diversidade. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Educação**: passo a passo. - Brasília, 2013. 48 p. : il. - (Série Mais Educação).

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: elite política imperial. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **História(s) da educação integral**. Em aberto. Brasília, v. 22 n. 80, p. 83-98, abr. 2009.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline Moll. **Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade?** Em aberto. Brasília, v. 25, n. 88, p. 53- 68, jul./dez. 2012.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação.** Revista Brasileira de Educação. nº 16, p. 4-18, 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAXIAS DO SUL, RS. **Proposta: Escola de tempo Integral.** Caxias do Sul, 2014. UAB, 2009. 164p.

SILVA, Carla Adriana Batista da. **Biopolítica e governamentalidade: conexões entre “raça”, saúde, educação e a emergência da população nos anos 1920 e 1930 no Brasil.** 2014. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

SILVA, Marines do Carmo de Pariz da. **Relação Escola e Comunidade: Efeitos da Implementação do Programa Mais Educação.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.



APÊNDICE 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL/
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO: Contribuições do Programa Mais Educação**, que tem por objetivo investigar a contribuição do Programa Mais Educação para a Introdução da Educação de Turno Integral no Município de São Leopoldo.

Você, aceitando participar deste estudo, responderá a uma entrevista que visa coletar informações acerca do planejamento, por parte da Gestão Pública, para a implementação da Educação de Turno Integral aos alunos do Ensino Fundamental, bem como as possíveis contribuições do Programa Mais Educação neste processo.

A participação nesta pesquisa é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira e também não haverá custos para o participante. A identidade do participante não será revelada.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Eu, _____,

após ler as informações acima, aceito participar do referido estudo.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2015.

Nome Completo do Participante

Assinatura do participante

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL/MODALIDADE A
DISTÂNCIA**

Este questionário faz parte de uma Pesquisa que tem como objetivo Investigar a contribuição do Programa Mais Educação para a Introdução da Educação de Turno Integral no Município de São Leopoldo.

Parte I - Dados de identificação

1.	Idade:				
2.	Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino		<input type="checkbox"/> Masculino	
3.	Escolaridade	<input type="checkbox"/> Graduação	<input type="checkbox"/> Pós-Graduação	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
4.	Qual é o seu cargo?				
5.	Há quanto tempo você está no cargo que ocupa atualmente?				
6.	Em quantos setores você já trabalhou nesta instituição?				

PARTE II – Dados sobre a Gestão Educacional

1. Existe um planejamento, por parte da Gestão Pública, para a implementação da Educação de turno integral aos alunos do Ensino Fundamental, no município de São Leopoldo?
2. Se a resposta da questão acima for positiva, descreva a proposta planejada pelo Município.
3. Se a resposta a questão 1 da segunda parte deste questionário for negativa, descreva como o município pretende, então, cumprir o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que trata sobre a Implementação da educação em tempo integral?
4. Na sua opinião, como o Programa Mais Educação contribui para a Implementação da Educação Integral neste município?
5. Você acredita que o aumento do período de permanência na escola contribui para a qualidade do ensino? Explique:
6. De que forma sua escola realiza as ações do Programa Mais Educação?
7. Qual é o número de alunos matriculados na escola e, quantos participam do Programa Mais Educação?

- 8. Qual é o número total de alunos da rede municipal de ensino, matriculados no ensino fundamental?**
- 9. Qual é o número total de alunos da rede municipal de ensino que participa do Programa mais Educação?**
- 10. Qual o número de escolas municipais e, quantas estão inscritas no Programa Mais Educação?**
- 11. Em que ano iniciou o Programa Mais Educação no Município?**